

# QUESTÃO SOCIAL RURAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS VIVENCIADOS PELA EQUIPE TÉCNICA DO CRAS “JAGUARÉ”

Francielli Lima CORREIA<sup>1</sup>  
Douglas Cerqueira GONÇALVES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré-FVC. Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES. Email: franlima25@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Doutor em Urbanismo pela Universidad Nacional Autónoma de México. Docente do Mestrado Profissionalizante em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré-FVC. Email: douglascerqueiragoncalves@gmail.com

**Recebido em: 27/05/2014 - Aprovado em: 15/09/2014 - Disponibilizado em: 15/12/2014**

**Resumo:** Este estudo de abordagem qualitativa tem propósito principal suscitar reflexões sobre a Política Municipal de Assistência Social (PMAS) de Jaguaré/ES. Neste contexto, coletaram-se dados no intuito de elencar o perfil e mapear as principais demandas vivenciadas pela equipe técnica do CRAS “Jaguaré”. Para tanto, aplicou-se um questionário composto por dezesseis questões objetivas e cinco questões subjetivas a doze servidores vinculados a esta instituição, representando uma amostra de noventa e dois por cento dos mesmos. Os resultados mostram que os participantes do estudo, em sua maioria, tem vinculação trabalhista fragilizada e compreendem a operacionalização da Política Municipal de Assistência Social como desafiadora. A análise dos resultados indica necessidade de desenvolver ações que busquem a o fortalecimento desta Política Social no município de Jaguaré. Desta forma, é necessário o estímulo da reflexão-ação entre os atores responsáveis pela operacionalização da PMAS em Jaguaré com o escopo viabilizar a efetivação dos direitos sociais constitucionalmente garantidos.

**PALAVRAS CHAVE:** Questão Social. Assistência Social. Equipe Técnica.

**Abstrat:** This andstudy of qualitative approach hasprimary purpose cause reflections on Municipal Social assistance policy (PMAS) of Jaguaré/ES. In this context, data collected in order to list the profile and map the main demands experienced by the technical staff of the CRAS "Jaguaré.To this end, a questionnaire was applied consisting of sixteen issues objective and subjective issues five to twelve linked servers in this institution, representing a sample of ninety-two percent of them. The results show that study participants, mostly, has weakened labour binding and comprise the operationalization of Municipal Social Assistance Policy as challenging. The analysis of the results indicates need to develop actions that seek the strengthening of Social Policy in the municipality of Jaguaré. In this way, it is necessary to stimulate the reflection-action between the actors responsible for the operationalization of the PMAS in Jaguaré with the scope to facilitate the implementation of social rights constitutionally guaranteed.

**KEY WORDS:** Social Issue. Social Assistance. Technical Team.

## INTRODUÇÃO

Com o advento da Revolução industrial (1800) iniciou-se mundialmente o fortalecimento do processo de fomento do

crescimento econômico nas sociedades cuja economia basea-se nos pilares do Modo de Produção Capitalista. No Brasil, o processo de industrialização focado no

desenvolvimento econômico do país fortaleceu-se no governo de Juscelino Kubitschek (JK), eleito presidente da república no ano de 1955.

No país, cuja economia predominante era essencialmente rural, foi lançado o Plano de Metas do governo de JK, considerado audacioso, que objetivava a diminuição da desigualdade social por meio da geração de riquezas, desenvolvimento, industrialização e conseqüentemente o fortalecimento da economia (ARRUDA E PILETTI, 2002).

É notório que ao término do mandato de Kubitschek o país apresentou significativos avanços quanto à modernização do parque industrial brasileiro, conseqüentemente proporcionando o desenvolvimentismo do Brasil. No entanto, ressalta-se que este desenvolvimentismo não foi coeso em todas as regiões desta instância nacional. A região sudeste apresentou os melhores índices de desenvolvimento, fator que impulsionou significativo fluxo migratório para esta região.

A miséria e o atraso econômico das regiões norte e nordeste impulsionaram o êxodo rural no país para a região sudeste do Brasil. Como esta região não disponha de infraestrutura adequada/suficiente para atendimento desta nova demanda, o aumento significativo do desemprego, violência e pobreza nos grandes centros urbanos foram as principais conseqüências deste processo. Nos

municípios rurais, o êxodo proporcionou redução das produções agrícolas- afetando diretamente na economia destas localidades- e do contingente habitacional (ARRUDA E PILETTI, 2002).

Atualmente o Brasil tem altas taxas de urbanização, porém dispõe um número significativo de municípios que apresentam características rurais. Hoje o Brasil, conforme dados do IBGE (2010), possui 5565 instâncias governamentais municipais, sendo que 2855 municípios têm características/economia predominantemente rural; apresenta taxa de urbanização de 84,36%. Dos 190.755.799 habitantes do Brasil, 160.925.792 residem nos centros urbanos e 29.830.007 na zona rural. Neste sentido, ressalta-se o alto grau de urbanização do Brasil com território predominantemente rural.

## **QUESTÃO SOCIAL RURAL E POLÍTICAS SOCIAIS**

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005, p.77), a Questão Social aparece com a generalização do trabalho livre. Os autores afirmam que ela representa “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”.

Behring e Boschetti (2007) reafirmam esse fato, dizendo que a Questão Social é uma

consequência da produção e reprodução das relações sociais inscritas na sociedade capitalista. Tratando-se, assim, da produção e reprodução de condições de vida, de cultura e de produção da riqueza.

A questão social é exclusiva das sociedades que adotaram o Capitalista como modo de produção econômico. Com a intensificação da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, que fortaleceu-se com o advento da Revolução Industrial, manifestações de miséria e pobreza intensificam-se entre os cidadãos que têm somente a força de trabalho como propriedade.

Considerando que o município de estudo está situado na zona rural, com característica econômica, predominante, a agricultura; compreende-se relevante salientar como as expressões da questão social se manifestam nas regiões com estas particularidades, para auxílio na apreensão das especificidades apresentadas pelas famílias acompanhadas pelo CRAS “Jaguareé”.

Ressalta-se, inicialmente, que para entender o processo exclusão social no meio rural, é preciso analisar e recorrer à história do desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro e suas inferências no meio rural.

As manifestações da questão social no campo brasileiro teve início durante a década

de 1530, com a criação das capitanias hereditárias e o sistema de sesmaria, no qual a Coroa Portuguesa distribuía terrenos para quem tivesse condições para produzir. Assim, ocorrendo o monopólio das propriedades por uma elite rural (PASSOS, 2010).

Contudo, com a independência do Brasil, em 1822; o término do regime de escravidão e a criação da Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850) inicia-se o processo de privatização das terras brasileiras e do Regime do Colonato, fatores que contribuíram para o monopólio das mesmas.

Nos anos 1950 e 1960 inicia-se no país a modernização da agricultura. Esta modernização possibilitou o crescimento da disponibilização de crédito agrícola, tecnificação e modernização da produção, e integração aos modernos circuitos de comercialização, tendo como consequência o crescimento significativo da produção matéria-prima agrícola brasileira. No entanto concordamos com Palmeiras (1989) ao explicitar que este processo de modernização teve reflexos perversos para a classe que vive do trabalho. No qual a propriedade tornou-se mais concentrada, “as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da

população trabalhadora do campo”. (PALMEIRA, 1989, p. 89).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, inicia-se a redefinição dos métodos do processo de desenvolvimento do meio rural (LUTOSA, 2007). A divisão social do trabalho na agricultura foi reestruturada, passando a ser definida como: a agricultura patronal, e agricultura familiar. Cumprindo-se uma exigência das Agências financiadoras internacionais, que possibilitou “- uma reorganização da propriedade privada da terra, - exercendo assim, um maior controle burocrático sobre o funcionamento do mercado de terras ou mercados de compra e venda de terras” (LUTOSA, 2007, p.3).

Atualmente, pode-se afirmar que tais mudanças organizacionais no meio rural não foram eficazes no processo de fragilização da questão social no campo, ao contrário, fortalece-se o processo de concentração dos altos índices de pobreza.

Assim, o cenário rural brasileiro está caracterizado pela concentração de terras nas mãos de poucos e ao mesmo tempo que têm grande parcela de sua população, principalmente a residente em municípios que tem como principal fonte de renda a agricultura, penalizada pelos mecanismos da exclusão social-como as relações de trabalho-, instauradas no Brasil desde o século XIX.

Porém, é preciso lembrar que a “Questão Social” não é apenas desigualdades

e antagonismos, ela também se caracteriza pela rebeldia e resistência das classes trabalhadoras, no que tange a situação de vida provocada pelo processo de produção e reprodução social. Isso mostra que ela, enquanto realidade contraditória, deve ser considerada em uma dupla dimensão: como expressão das desigualdades e antagonismos sociais (pobreza, desemprego, exclusão, miséria etc.) e, também, como forma de pressão social por parte da classe trabalhadora e dos seus organismos organizados (movimentos sociais, organização sindical, etc.) (LEITE, 2008).

Concordamos com Passos (2010) ao afirmar que o processo de desenvolvimento do meio rural brasileiro não se realizou de forma pacífica, sem resistências e luta de classe em prol de intervenções governamentais nesta realidade, como a constituição de Políticas Sociais, pois “registra-se o aumento das lutas de resistência dos pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais, apoiadas pelo movimento sindical rural (CONTAG) e por setores da Igreja Católica” (CNBB, CEBs, MEB, CPT) (PASSOS, 2010, p. 01).

No Brasil, a Política Social teve um desenvolvimento gradual e tardio. Inicialmente, a questão social foi tratada como questão de polícia. Assim, nas “primeiras décadas deste século registrou-se,

de um lado, o avanço da consciência sócio-política dos trabalhadores, sob a influência das ideias e da militância anarco-sindicalista dos imigrantes europeus”; (SILVA, 2000, p.10) e do outro lado a ação repressiva do Estado sob a questão social.

Somente a partir da década de 30 é crescente o equacionamento da questão social pelo Estado, sendo esta tratada como questão de política social (SILVA, 2000). Então no decorrer do período da ditadura de Vargas (1930-1945) desenvolve-se “um complexo sistema de gestão e regulamentação dos conflitos sociais, marcado pela ideia de colaboração entre classes” (SILVA, 2000, p.10). Este período teve como marco a consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943) tendo objetivo a regulação das relações entre empregadores e trabalhadores, subordinado a organização sindical ao aparelho do Estado, sob perspectiva da cooptação e do controle.

Com a consolidação da Constituição Federal de 1988, consolidou conquistas, ampliou os direitos sociais, representando um avanço em direção a uma ampla, moderna e democrática concepção de seguridade social, (saúde, previdência e assistência social). Constituindo-se no marco de referência de uma mudança expressiva no sentido de assegurar direitos individuais e coletivos e sociais.

Em seu art. 3º, a Constituição, define os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre esses objetivos incluem-se a erradicação da pobreza e da marginalidade e a redução das desigualdades sociais. Define em seu artigo 6º que os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção á maternidade e a infância, a assistência aos desamparados. Complementa no Art. 203 que a assistência deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social.

O resgate histórico sobre a constituição/desenvolvimento/operacionalização das Políticas Sociais fortalece o ideário, que “(...) a modernidade rompeu as formas tradicionais de pertencimento e proteção social, exigindo a produção de novos mecanismos e instrumentos que deram origem às políticas sociais” (REIS e ROTTA, 2007, p.3).

## **A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARÉ/ES**

O processo de municipalização da Assistência Social respalda-se na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estabelece condições para repasses aos Municípios, Estados e Distrito Federal de

recursos à efetiva instituição e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social com composição paritária entre governo e sociedade civil, sendo condição também a existência do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos e do Plano de Assistência Social (LOAS, Art. 30, I, II e III).

Assistência Social iniciou-se sua instituição no município estudado no ano de 1996 com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei 370/96. Neste mesmo ano foi instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, mediante aprovação da Lei municipal número 361/96.

O município de Jaguaré dispõe de um contingente populacional de, aproximadamente, 24.678 cidadãos. Assim, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social, classifica-se, como Município Pequeno Porte II e está habilitado na Gestão Básica do SUAS.

Nos municípios habilitados na gestão da proteção social básica da Assistência Social, o gestor assume a responsabilidade de organizar a proteção básica em seu município como forma de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições (NOB/SUAS, 2005).

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Jaguaré abriga, em sua estrutura

organizacional, o CRAS “Jaguaré”, também conhecido como “Casa das Famílias”. Foi instituído no ano de 2007. Tem como área de abrangência todo o município. O CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, aos grupos e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A implantação do CRAS, nesta municipalidade, foi de extrema importância para a população, porque ele disponibiliza para os cidadãos, diversos serviços sócio-assistenciais, concretizando, assim, o que explicita o Artigo 1º da LOAS.

O perfil das famílias acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré” delinea-se por mulheres com união estável, membros de famílias numerosas, pardas, com ensino fundamental incompleto, desempregadas, sobrevivendo com a renda de “biscates” na informalidade, com renda familiar de até meio salário mínimo mensal. Contrapondo a isso, esses mesmos não participam/conhecem os espaços de controle social que têm como objetivo a transformação da realidade.

Ressalta-se que as expressões da questão social vivenciadas pelas famílias acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré” são consequências do Modo de Produção Capitalista que almeja o seu desenvolvimento independente das implicações resultantes a

classe social que tem com sua única propriedade a força de trabalho.

## **METODOLOGIA**

O CRAS “Jaguaré” dispõe de treze profissionais que compõem a equipe técnica que referencia/acompanha os usuários assistidos por esta instituição, doze (12) destes servidores, o que corresponde a 92% do total, participaram do estudo que teve como intuito de delinear o perfil e a principais demandas vivenciadas pela equipe técnica do CRAS “Jaguaré”.

Assim este estudo tem uma abordagem qualitativa, que segundo Oliveira (2010), dispõe de técnicas que pautam suas ações “(...) na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos” (OLIVEIRA, 2010, p.7).

No que tange ao tipo de pesquisa adotada é a do tipo explicativa, principalmente porque se trabalhou um questionário para identificação das especificidades apresentadas pela equipe técnica do CRAS. Segundo GIL (1999, p. 44) as pesquisas explicativas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Dentro dessa perspectiva, foi aplicado um questionário estruturado composto por questões que permitiram elencar o perfil da equipe. O questionário aplicado foi constituído de composto por dezesseis questões objetivas e cinco questões abertas.

Aos participantes da pesquisa foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com o intuito de assegurar a autonomia dos sujeitos envolvidos neste processo, por meio da apresentação dos objetivos do estudo; da possibilidade de desistência ou de interrupção da colaboração na pesquisa no momento em que desejassem, sem necessidade de qualquer explicação; e da garantia de que a identidade de cada participante seria mantida em sigilo e os resultados obtidos durante o estudo seriam divulgados em eventos e publicações científicas.

O tratamento dos dados ocorreu por meio da tabulação das respostas que foram organizadas em dados estatísticos, dispostos em tabelas e gráficos. Para auxiliar na interpretação das informações foi utilizada a técnica da análise de conteúdo que, segundo Triviños (2009, p. 160) pressupõe “estudar as ‘comunicações’ entre os homens, colocando ênfase no conteúdo [...] a informação surge da apreciação objetiva da mensagem”.

## DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em face dos dados coletados, foi possível elencar o perfil dos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS. A saber: mulheres (91,6%), casadas (66%), com faixa etária entre 26 e 46 anos (75%), residentes, em sua maioria, na cidade de Jaguaré-ES (75%).

Detectou-se que 25% dos participantes atuam com vínculo empregatício efetivo; e 75% atuam com contrato de trabalho com tempo determinado, sendo que 41% têm carga horária de trabalho de 20 horas semanais, 18% carga horária de trabalho de 30 horas semanais e 41% atuam com carga horária de trabalho de 20 horas semanais. Ressaltasse que 45% têm até dois anos de atuação no município e 55% têm entre cinco e dez anos.

Considerando a qualificação profissional dos participantes do estudo, enfatizaram que 50% dispõem como qualificação profissional a graduação e 33% a especialização.

Estes dados nos levam a apreender as reflexões desenvolvidas por Iamamoto e Carvalho (2005) ao explicitarem sobre a reestruturação produtiva e os reflexos no mercado de trabalho a todas as categorias profissionais.

Compreende-se que modo de produção capitalista é um sistema de mercado baseado em vários princípios como a

propriedade privada dos meios de produção, a transformação das forças de trabalho em mercadoria, a acumulação do capital e a livre concorrência. Tendo como principal consequência a “exploração do homem pelo homem”.

Exploração essa que se intensificou no capitalismo contemporâneo, no qual o mundo do trabalho está imerso em uma crise que afeta diretamente a classe operária, refletindo o enorme descaso do capital pela classe na qual sua única mercadoria é a força de trabalho. Esse descaso reflete-se a partir da expansão do desemprego e da ampliação expressiva de operários que não conseguem se inserir/reinserir no mercado de trabalho. E este aumento do desemprego associado ao Estado mínimo (principalmente, quando enfatizamos a redução de suas responsabilidades na implantação e manutenção de direitos e serviços sociais) “faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à vida” (IAMAMOTO, 2007, p.87).

Os profissionais que atuam na operacionalização das PMAS são trabalhadores e vivenciam esta realidade que afeta a classe social que tem como sua única propriedade a força de trabalho. Estes profissionais atuam com o objetivo de garantir direitos constitucionalmente garantidos, porém enquanto trabalhadores



sofrem os impactos da polivalência, terceirização, subcontratação, queda dos salários, trabalhos temporários, desemprego, etc.

Quanto à compreensão dos participantes do estudo sobre Assistência Social, todos a compreendem como Política Pública destinada a quem dela necessitar, porém dois técnicos destacaram os desafios que esta Política Pública vivencia no seu processo de operacionalização. A saber:

*“Uma Política Pública que concebe o indivíduo como um sujeito de direitos, como uma pessoa digna de atenção, proteção. Uma política que está no meio de todas as políticas públicas, por isso muitas vezes se perde em suas ações e não consegue se impor enquanto ação de tão grande magnitude. Uma política sucateada por diversos interesses. A Assistência Social é nobre em sua ideologia, em sua missão. Porém muito pobre em sua Ação.” (Participante do Estudo).*

*“A assistência Social ainda é muito frágil e, infelizmente, muito permeada pela prática do clientelismo. É um grande desafio fomentar ações genuinamente socioassistenciais.” (Participante do Estudo).*

Tais desafios podem ser consequência dos primórdios desta Política Social que inicialmente foi tratada como questão de polícia, posteriormente como ação de filantropia e benemerência. No Brasil, somente em 1988, com a consolidação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social ganha status de Política Pública, possibilitando a ampliação de direitos, constituindo-se um marco de referência de uma mudança expressiva no sentido de assegurar direitos individuais e coletivos e

sociais. Apesar deste avanço a Assistência Social ainda sofre as consequências deste perverso passado.

Considerando a percepção da equipe sobre a Política Municipal de Assistência Social de Jaguaré, 91% avaliaram como boa. Destacaram os programas/projetos sociais Grupo Alegria, CRAS (PAIF), Projeto Bem Viver, Casas Lar e Bolsa Família respectivamente como os mais significativos para os usuários. Noventa e um por cento (91%) consideram que a municipalização da Assistência Social em Jaguaré foi positiva. Ressaltando a operacionalização e o processo de municipalização da Assistência Social, 91% enfatizaram que contribuiu para a democratização das relações do Poder Executivo Municipal e a Sociedade Civil.

Tal compreensão sobre o processo de municipalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) justifica-se, pois a PNAS que regulamenta o SUAS, evidencia a importância de se levar em conta a “(...) realidade local, regional, o porte, a capacidade gerencial e de arrecadação dos municípios, e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Assistência Social” (BRASIL, 2004, p. 40).

O SUAS traduziu a Política de Assistência Social, como alicerçadora de direitos, através de uma estrutura político administrativa ressaltando a fundamental

relevância do processo de descentralização, quanto ao desenho do papel da escala territorial, da organização dos serviços sócio-assistenciais e de seu respectivo cofinanciamento, implantou uma nova lógica de organização das ações sócio-assistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização. (PNAS, 2004).

A gestão SUAS baseada no processo de descentralização, territorialização e participação social são fatores que possibilita que a operacionalização da Política Municipal de Assistência Social seja pautada no enfrentamento das necessidades básicas locais e o fomento do desenvolvimento municipal. Para tanto é necessário o conhecimento da realidade local, para que as intervenções desenvolvidas, pela gestão desta política, contemple as reais demandas da comunidade local, porém ressaltasse que operacionalização da Política Municipal de Assistência Social, deve pautar-se em ações planejadas que viabilize a publicização, a eficiência, efetividade e eficácia desta política.

Concorda-se com PERES (2009, p. 89) ao enfatizar que a “efetivação da gestão proposta pelo SUAS, compreende gestores municipais da política de Assistência Social atuando a partir de planejamento,

considerando a realidade socioeconômica e cultural da população urbana e rural.”

Quando questionados sobre a necessidade do Conselho Municipal de Assistência Social cem por cento (100%) consideram que este instrumento de controle social é importante para municipalidade, 100% destacam que compreendem que o CMAS constitui espaço de aprofundamento da democracia e 50% consideram o CMAS um espaço eficaz, mas com muitos entraves. Setenta e cinco por cento (75%) consideram que a população não conhece o CMAS e o seu trabalho, no entanto 50% dos participantes informaram que não conhece o CMAS.

Considerando as percepções sobre controle social, apresentadas pelos participantes do estudo. Ressaltasse que a Constituição de 1988 inova quando estabelece como critério para as políticas públicas, a participação popular ou controle social, como um mecanismo de efetivação da participação da sociedade civil no processo de gestão político administrativo, financeiro e técnico-operativo, com caráter democrático e descentralizado.

Neste sentido, estes espaços são fundamentais ao passo que buscam de fato a efetivação da assistência como direito. A Política de Assistência Social ratifica este espaço, que se mostra como um lugar para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias e seus

membros e indivíduos mais empobrecidos e excluídos da sociedade. Eles se constituem então enquanto um instrumento fundamental para o enfrentamento da discriminação e da subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira. (PNAS, 2004).

No entanto, este instrumento que foi instituído conforme as orientações normativas preconizadas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) têm muitos desafios a superar como o cumprimento de suas competências e a efetiva participação cidadã neste espaço, a fim de efetivar-se como real instrumento de controle social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A finalidade deste estudo não se restringe apenas em identificar o perfil dos profissionais que compõem a equipe técnica do CRAS “Jaguaré” e suas demandas, mas instigar o processo de reflexão-ação sobre as especificidades apresentadas por estes servidores em sua atuação profissional.

Ressalta-se que as expressões da questão social vivenciadas pelas famílias acompanhadas pelo CRAS “Jaguaré” são consequências do Modo de Produção Capitalista (que almeja o seu desenvolvimento independente das implicações resultantes a classe social que tem com sua única propriedade a força de

trabalho) influenciam diretamente na intervenção destes técnicos que tem como finalidade a efetivação de direitos. No entanto, não se pode desconsiderar que tais profissionais também sofrem as consequências do Modo de Produção Capitalista, pois pertencem a classe que vivem do trabalho.

Destaca-se que o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção dos profissionais que atuam na área, demanda o desenvolvimento de uma ação baseada numa perspectiva totalizante, fundamentada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

Concorda-se com o CFESS e CFP (2007) ao enfatizarem que intervenção orientada por esta perspectiva pressupõe a leitura crítica da realidade, a capacidade de identificação das condições materiais de vida e identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil e o reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos e fomento de desenvolvimento local.

Portanto, com a pesquisa e por meio da construção de indicadores almeja-se fomentar de reflexão-ação do processo operacionalização da PMAS de Jaguaré, pois compreende-se que este processo apresenta-se como eixo fundamental para pensar as

transformações da realidade no município, as novas formas de expressão e organização do Estado e da sociedade, bem como os processos de construção da hegemonia e da contra-hegemonia no cenário atual seja no meio urbano ou rural.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José de A. e PILETTI, Nelson. *Toda a História*. Ed. 6°. SP. Ática, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 368.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*. Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)*. Brasília, 2004.
- ESPÍRITO SANTO. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER): Jaguaré 2011 – 2013. Vitória, 2011.
- Gil, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico - metodológica*. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*/Marilda Villela Iamamoto-11-ed.-São Paulo, Cortez, 2007.
- IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 02 de julho 2013.
- LUTOSO, Maria das Graças Osório Pitombeira. *As reconfigurações da questão social expressões no mundo do trabalho rural/urbano: uma abordagem marxista*. UFMA, 2007.
- OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. *Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características*. UFAL, 2010.
- OSTERNE, Socorro. *Questão Social e Políticas Públicas no Brasil – Breves notas para reflexão*. 2014. Disponível em: <http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/12/07-Questao-social-e-politicas-publicas-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 24/01/2014.
- PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. *Estud. av.* [online]. 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108. ISSN 0103-4014.
- PASSOS, José Pereira. *Um olhar sobre a questão social no meio rural*. 2010. Disponível em: <http://jpassosp.blogspot.com.br/2010/03/um-olhar-sobre-questao-social-no-meio.html>. Acesso em: 24/01/2014.
- PDLS. *Plano de Desenvolvimento Local sustentável (Etapa- Diagnóstico Situacional do município de Jaguaré-ES)*. Vitória, 2011.
- ROTTA, Edeimar; REIS, Carlos Nelson dos. *Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária*. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

SILVA, Ademir Alves da. As relações Estado-sociedade e as formas de regulamentação social. In: Capacitação em *Serviço Social* e *Política Social*: Módulo 2: NED/CEAD, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.